

Brasília-DF, 09 de outubro de 2026

Pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho



Lula cobra Flávio Bolsonaro sobre apoio ao fim da escala 6x1

Candidato à reeleição também defendeu PEC da Segurança Pública



© Lula Marques/Agência Brasil

O candidato à reeleição nas eleições 2026, Luiz Inácio Lula da Silva, desafiou nesta quarta-feira (7) o senador Flávio Bolsonaro (PL) a apoiar a proposta de redução da jornada de trabalho 6x1, que prevê o direito de dois dias de folgas semanais sem redução salarial.

A participação cidadã não termina no voto. Ela também acontece quando trabalhadores e trabalhadoras se mobilizam, cobram seus representantes e defendem mudanças que podem transformar suas vidas.

Na Pressão (<https://napressao.org.br/>) é uma plataforma de mobilização pela internet que permite pressionar autoridades e representantes de qualquer instância do **Executivo, Legislativo ou Judiciário**, fortalecendo a participação popular nas decisões que impactam a sociedade.

Queremos **o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho**, com mais tempo para a família, o descanso, a saúde, o lazer e a vida.

Escolha uma campanha e pressione!

Informação, participação e mobilização são ferramentas para fortalecer a democracia e defender os direitos dos trabalhadores.

Na pressão, a voz dos trabalhadores ganha força!

#FimDaEscala6x1 #ReduçãoDaJornada
#5x2Já #DireitosTrabalhistas #Trabalhadores
#ParticipaçãoPopular #NaPressão #CNTI

Em discurso durante plenária do PT com parlamentares, Lula afirmou que pretende acompanhar a posição do adversário sobre o tema.

“Eu quero ver como é que o Flávio Bolsonaro vai votar. Eu desafio ele a votar favoravelmente. E desafio ele a pedir para o PL votar favoravelmente”, disse Lula ao lembrar que seu adversário tem se manifestado contrariamente à proposta.

O candidato do PL tem defendido que o trabalhador deve ter liberdade para escolher sua própria carga horária.

“Nossa proposta é dar liberdade para que o trabalhador monte a sua jornada de trabalho conforme a sua possibilidade e necessidade. Quem quer trabalhar mais vai trabalhar mais, quem quer trabalhar menos vai ter o direito de priorizar outras coisas na sua vida”, disse Flávio Bolsonaro em entrevista nesta terça-feira (6).

Segundo Lula, esse tipo de negociação não traria vantagens para os trabalhadores.

“Eles estão inventando uma história, como se, em um acordo leonino, o trabalhador tivesse alguma vantagem. Então, nada de aceitar barganha. É reduzir a jornada de trabalho para cinco dias de trabalho e dois de descanso”, afirmou o candidato do PT.

Brasília-DF, 09 de outubro de 2026

Segurança Pública

No encontro, Lula também defendeu a aprovação da PEC da Segurança Pública, uma das principais propostas do governo para ampliar a coordenação entre União, estados e municípios no enfrentamento ao crime organizado.

Segundo ele, a experiência das últimas décadas mostrou que, sozinhos, os estados “não deram conta” da responsabilidade atribuída pela Constituição de 1988. Por isso, defendeu o fortalecimento da atuação federal por meio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal.

O presidente também afirmou que o governo pretende transformar 138 unidades prisionais em presídios de segurança máxima para enfraquecer facções criminosas. Também está entre as prioridades a criação do Ministério da Segurança Pública após a aprovação da PEC.

Ao resumir a diretriz que defende para o setor de segurança, Lula disse que sua campanha adotará o lema “Para o povo trabalhador: proteção; para o bandido: prisão”.

Fonte: Agência Brasil

ANEEL debate possível caducidade da concessão da Enel

Reunião da ANEEL discute possível caducidade da Enel. Chicão acompanha debate e defende fiscalização, investimentos e empregos



A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou sua 20ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2026, com debates sobre questões importantes do setor elétrico.

Entre os principais assuntos da reunião, ganhou destaque a possível caducidade da concessão da Enel Distribuição São Paulo, medida que pode provocar mudanças significativas no setor.

Nesse contexto, o encontro abordou uma questão que envolve a prestação de serviços essenciais, além de possíveis impactos sobre trabalhadores, contratos, investimentos e consumidores paulistas.

O debate também reforçou a importância da fiscalização regulatória e do cumprimento das obrigações contratuais, especialmente diante dos problemas enfrentados pela concessionária em São Paulo.

Chicão acompanha debate e defende fiscalização

O presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo (STIEESP), Eduardo Annunziato, o Chicão, participou da reunião e acompanhou as discussões sobre o futuro da concessão.

Para o dirigente sindical, a possível caducidade exige responsabilidade, pois uma mudança precipitada pode comprometer empregos, contratos, investimentos e a continuidade dos serviços de energia elétrica.

“O Sindicato defende que a ANEEL exerça seu papel de fiscalização, cobrando da Enel investimentos, manutenção da rede e melhoria efetiva na qualidade do serviço, com metas e prazos claros”, afirma o presidente.

Caducidade não é solução

Além disso, Chicão defende que a ANEEL cobre resultados concretos da Enel, estabeleça responsabilidades e acompanhe rigorosamente o cumprimento das obrigações previstas no contrato de concessão.

Segundo o posicionamento sindical, a concessionária precisa responder por eventuais descumprimentos, enquanto a perda da concessão deve representar uma consequência caso a empresa desrespeite determinações regulatórias.

Trabalhadores também estão no centro do debate

Nesse sentido, o Sindicato destaca que qualquer decisão precisa considerar os profissionais responsáveis pela operação, manutenção e atendimento das ocorrências registradas diariamente no sistema elétrico paulista.

Por fim, o STIEESP continuará acompanhando as discussões na ANEEL, defendendo empregos, direitos, segurança dos eletricitários e melhorias efetivas na qualidade dos serviços prestados à população.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasília-DF, 09 de outubro de 2026

Paim: Redução da jornada é reivindicação histórica



Carlos Moura/Agência Senado

Ao discursar em Plenário nesta quarta-feira (7), o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu mais uma vez a redução da jornada de trabalho, por meio da aprovação da PEC 221/2019 — proposta de emenda à Constituição que está em discussão na Casa.

Ele destacou que essa é uma reivindicação histórica que acompanha as mudanças nas relações laborais dos últimos séculos.

— O mundo está avançando. O Brasil precisa avançar. Lembramos que lá atrás eram praticamente 60 horas por semana, e o mundo caminhou para menos de 40 horas. O Brasil está agora lutando para chegar às 40 horas. Isso não é ruptura com a história; é continuidade da história. É a própria história conquistando o seu tempo — declarou.

Paim argumentou que, em razão dos avanços tecnológicos, os trabalhadores hoje podem ter mais tempo livre para consumir bens e serviços, ou seja, têm mais tempo para movimentar a economia.

— Uma pessoa descansada não é uma pessoa que deixou de produzir; é uma pessoa que produz melhor e tem até condições de passear com a família. O corpo humano tem limites, a mente humana tem limites, o descanso não é luxo. O descanso é uma necessidade e faz muito bem para a saúde — disse ele.

Ao criticar a escala 6x1, ele afirmou que nela muitos trabalhadores precisam utilizar o único dia de folga para realizar tarefas domésticas e cuidar da família — especialmente as mulheres. Ele reiterou que o debate sobre a redução da jornada também envolve saúde, segurança e qualidade de vida.

Fonte: Agência Senado

Eleito senador, Mauro Mendes defende jornada diária de até 16 horas

Declaração ocorre no momento em que o Senado discute justamente a redução da jornada semanal para 40 horas e o fim da escala 6x1.



Eleito senador por Mato Grosso nas eleições de 2026, Mauro Mendes (União) defendeu uma flexibilização das regras trabalhistas brasileiras para permitir jornadas diárias que possam chegar a 12, 14 ou até 16 horas, desde que o trabalhador seja remunerado por isso.

A declaração ocorre no momento em que o Senado discute justamente a redução da jornada semanal para 40 horas e o fim da escala 6x1. Mendes foi o candidato mais votado para o Senado em Mato Grosso, com 1.187.352 votos, equivalentes a 33,21% dos votos válidos, e tomará posse em fevereiro de 2027.

"Eu, particularmente, defendo que o trabalhador no Brasil possa trabalhar como se trabalha nos Estados Unidos", afirmou. Segundo o senador eleito, brasileiros que migram para os EUA chegam a trabalhar "12, 14, 16 horas por dia" e recebem mais por isso.

"No Brasil, se um trabalhador trabalhar 11 horas por dia, o patrão, a empresa, vai ser processado por trabalho escravo. Olha que absurdo", disse Mendes. O Código Penal enquadra como condição análoga à de escravo situações como trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes ou restrição de locomoção.

Pelas regras gerais da CLT, a duração normal da jornada não deve ultrapassar oito horas por dia. A legislação permite o acréscimo de até duas horas extras diárias, mediante acordo individual, convenção ou acordo coletivo, com remuneração adicional ou compensação pelas regras aplicáveis.

Por isso, a comparação feita por Mendes entre o simples cumprimento de 11 horas de trabalho e uma

Brasília-DF, 09 de outubro de 2026

acusação de trabalho escravo não corresponde diretamente ao que estabelece a legislação. A caracterização de "jornada exaustiva", mencionada no artigo 149 do Código Penal, depende das circunstâncias concretas e está associada à violação da dignidade e das condições de saúde e segurança do trabalhador, e não apenas a um número isolado de horas trabalhadas.

Fonte: Congresso em Foco

BC cria indicador para acompanhar reajustes salariais negociados

Ganhos reais foram mais frequentes em períodos de baixa desocupação

© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O Banco Central (BC) passará a divulgar mensalmente um novo conjunto de indicadores sobre reajustes salariais negociados em convenções coletivas de trabalho. A iniciativa deve ampliar a capacidade de monitorar as condições do mercado de trabalho e seus efeitos sobre a inflação.



Com base em informações do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (Mediador), do Ministério do Trabalho e Emprego, os indicadores mostrarão os percentuais de reajustes negociados e a proporção de acordos que resultaram em aumentos acima, abaixo ou em linha com a inflação.

As estatísticas incluirão os reajustes nominais, que representam o aumento dos salários em valores correntes, e os reajustes reais, que descontam a inflação e indicam se houve ganho efetivo de poder de compra para os trabalhadores.

A nova base permitirá ao BC acompanhar com maior precisão o comportamento das negociações salariais e avaliar como as condições do mercado de trabalho influenciam a dinâmica dos salários.

Estudo divulgado pelo BC mostra que ganhos reais de salário tendem a ser mais frequentes em períodos de mercado de trabalho aquecido e de baixa taxa de desemprego.

De acordo com a autoridade monetária, esse movimento foi observado entre 2012 e 2014 e voltou a aparecer a partir de 2023, quando cresceu a proporção de convenções coletivas com reajustes acima da inflação.

Segundo a análise, os reajustes negociados mantêm forte relação com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Embora não haja obrigação legal de reposição integral das perdas inflacionárias, a inflação acumulada continua sendo uma das principais referências para trabalhadores e empregadores durante as negociações.

Ferramenta adicional

A divulgação regular dos indicadores ampliará o conjunto de informações disponíveis para a sociedade acompanhar a evolução dos salários negociados no país e sua relação com a inflação.

Os dados abrangem convenções coletivas de todas as regiões e dos principais setores da economia, como agropecuária, indústria, construção, comércio e serviços, e estarão disponíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central.

Fonte: Agência Brasil

 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
Campanha de Conscientização
OUTUBRO ROSA

Seu cuidado pode mudar sua história.
Conheça seu corpo. Procure orientação de saúde.
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI
[Clique aqui e confira o folder](#)